

A COMUNIDADE E O MITO DO INDIVIDUALISMO MODERNO

The Community and the Myth of Modern Individualism

Edlene Maria Neri de Morais

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, PE, Brasil

Michel Zaidan Filho

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, PE, Brasil.

Informações do artigo

Recebido em 29/06/2022

Aceito em 22/07/2022

Como ser citado (modelo ABNT)

MORAIS, Edlene Maria Neri de; ZAIDAN FILHO, Michel.

A COMUNIDADE E O MITO DO INDIVIDUALISMO MODERNO. *Direito, Processo e Cidadania*. Recife, v. 1, n. 2, p.117-144, maio/ago., 2022.

Editor responsável

Prof. Dr. José Mário Wanderley Gomes Neto

Resumo

Este artigo trata de uma discussão em torno da relação que existia entre os indivíduos nas comunidades antigas e aquela decorrente do surgimento do Estado Moderno e Liberal. As implicações no modo de vida das pessoas, no que diz respeito à produção de bens materiais necessários à subsistência, bem como às oriundas das sensações, sentimentos e desejos vivenciados ao longo da história são avaliados, tomando como base alguns estudos dos autores aqui contemplados: Harari, Hirschman, Benjamin, Foucault e Habermas. De forma que, na análise e estudo histórico de uma estética da existência se vislumbra um novo modelo de subjetivação, que implique na recuperação e/ou mesmo no fortalecimento da relação que o sujeito constitui consigo mesmo, com o mundo e com os outros. Essa seria uma alternativa na formulação de uma comunidade ética, que se baseie no cuidado de si (prática de si), como um novo estilo de vida, cuja finalidade seria a cidade.

Palavras-Chave: Estética da existência. Nova subjetividade. Relação com outro. Comunidade ética.

Abstract

This article discusses the relationship that existed between individuals in ancient communities and that resulted from the emergence of the Modern and Liberal State. The implications in people's way of life, regarding the production of material assets necessary for subsistence, as well as those arising from sensations, feelings, and desires experienced throughout history are evaluated, taking as a basis the studies of the authors contemplated: Harari, Hirschman, Benjamin, Foucault, and Habermas. So that, the analysis and historical study of an aesthetic of existence glimpses a new model of subjectivation, which implies the recovery and/or even the strengthening of the relationship that the subject constitutes with himself, with the world, and with others. This would be an alternative in the formulation of an ethical community, which is based on the care of the self (practice of the self), as a new lifestyle, whose purpose would be the city.

Keywords: Aesthetics of existence. New subjectivity. Relationship with another. Ethical community.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade moderna nasceu sob a bandeira da liberdade, igualdade e do progresso crescente dos seres humanos, através do uso da razão científica, como forma de intervir e de controlar a natureza, bem como de promover a felicidade humana. Esses princípios foram constituídos sobre três pilares na nossa sociedade: Estado, mercado e ciência. O surgimento das cidades contribuiu para um novo sistema de vida que se opôs ao modelo de vida das comunidades tradicionais. O Estado nasceu com o objetivo de empreender e garantir a segurança de todos os indivíduos, tanto do ponto de vista dos direitos e garantias

fundamentais, a exemplo do direito à propriedade privada, ao livre exercício da liberdade, direito à vida etc. Daí que a justificativa para a presença do Estado estaria na regulação de uma série de normas e disciplinas prescritivas e descritivas das condutas sociais, de maneira que a colaboração entre as pessoas resultaria na efetivação de comodidades e do bem-estar social.

Muitos teóricos e filósofos do direito acreditam existir uma certa ambiguidade entre a liberdade e a igualdade, como dois princípios antagônicos e contraditórios. A razão disso, se encontraria na constituição do próprio conceito de liberdade como sendo a total ausência de oposição do outro e da comunidade, a exemplo do que acontece com a livre manifestação do pensamento, com o direito individual de locomoção (ir e vir), com a opção religiosa etc. Enquanto a igualdade teria o condão de garantir a todos os seres humanos, indistintamente, as oportunidades iguais, a partir do exercício das habilidades particulares.

Neste caso, a igualdade seria a efetivação de uma Justiça com equidade, distribuída entre todos os membros de uma comunidade política. Porém, para o funcionamento de uma economia de mercado deve ocorrer um crescente interesse das pessoas de consumir cada vez mais; ou seja, de que todos almejam as mesmas coisas simultaneamente. Por sua vez, o exercício da liberdade significaria para uma economia de mercado adquirir bens materiais: a satisfação pelos indivíduos dos próprios desejos de consumo, muitos deles insaciáveis. Portanto, a prática da liberdade assim como o acesso às oportunidades estão vinculados ao poder aquisitivo dos indivíduos; ou seja, ambas dependem da origem social.

No Estado que se pautar pelo princípio da igualdade, existe a necessidade da mediação de uma autoridade política que estabeleça que a coisa, objeto de disputa de duas pessoas seja compartilhada por ambas. Essa imposição estatal limita o pleno exercício da própria liberdade, já que as paixões e os interesses também são ilimitados, principalmente porque a vida em sociedade tem sido influenciada pela presença de um sistema econômico que enaltece o consumismo sem limites.

Quanto à meritocracia tem-se constituído como um elemento determinante do sucesso individual nas sociedades capitalistas. Nelas são evidenciadas as aptidões pessoais na satisfação de pretensões insaciáveis. Portanto, a promoção pelo Estado da igualdade entre todos os cidadãos encontra muitos obstáculos, que interferem no desempenho das próprias liberdades individuais, razão pela qual a autonomia de vontade possui uma certa limitação em prol do interesse coletivo.

Coube ao Estado liberal incentivar a livre iniciativa privada (empreendedorismo), bem como estimular a circulação de pessoas, bens e serviços. De sorte que o Estado se tornou o grande protetor de uma economia de mercado. O mesmo se verificou com o advento do Estado de Bem-Estar social, a partir da regulação de uma legislação social e trabalhista que teoricamente beneficiaria a todos os indivíduos de forma equitativa. Porém, o que se viu foi o fortalecimento do sistema fordista, por meio da implantação pelo Estado-providência de uma política de proteção social, especialmente de uma política econômica de aumento real dos salários e expansão do crédito que contribuíram para que a produção em série tivesse sucesso no mercado.

A criação e regulação de uma moeda de troca entre os povos também estiveram atreladas à importância que o Estado assumiu cada vez mais na organização da sociedade moderna, cujo desempenho e satisfação de um comércio mundial altamente competitivo pressupõem que somente aqueles mais habilitados e capacitados sobrevivem. O Estado na Era Moderna se colocou como o defensor dos direitos individuais e coletivos a partir da centralização do poder político.

2 Estado, Mercado e a Ciência: breves considerações

De acordo com a ciência biológica, a espécie humana evoluiu de forma distinta no Planeta Terra, em razão da constituição de características genéticas particulares (HARARI, 2020). Além disso, os indivíduos, desde o nascimento, têm sido influenciados por diferentes ambientes naturais e sociais. Diante disto, o princípio da igualdade seria para alguns estudiosos do assunto, uma criação humana e não decorreria do processo evolutivo da espécie humana, já que o progresso conquistado pelos seres humanos se basearia na diferença e não na igualdade entre as pessoas. Para Harari, a liberdade e a igualdade seriam ideais políticos perseguidos pelos indivíduos e não decorreram da natureza biológica dos seres humanos¹.

Vê-se que para o nosso autor, a ideia de que todos os seres humanos são iguais seria um mito, entre tantos outros produzidos na Era Moderna, cuja finalidade teria sido obter a

¹ "Os defensores da igualdade e dos direitos humanos talvez fiquem escandalizados com essa linha de raciocínio. Sua reação provavelmente será: "Nós sabemos que as pessoas não são iguais biologicamente! Mas se acreditarmos que somos todos iguais em essência, isso nos permitirá criar uma sociedade estável e próspera" (HARARI, 2020, p. 118).

estabilidade das organizações sociais, por meio da colaboração e do controle sobre os indivíduos. Se não houvesse a divulgação e promoção de uma suposta igualdade, poderia ocorrer um colapso nas instituições estatais. Por conseguinte, o mito da igualdade teria assumido o papel fundamental de manutenção e desenvolvimento do capitalismo. As instituições sociais não se sustentariam apenas por meio da punição-repressão. De sorte que persiste o imperativo das pessoas acreditarem que possuem direitos naturais. Ou seja, que confiem na liberdade e na igualdade como sendo direitos originados com o nascimento. A eficácia simbólica desses valores tem permitido a durabilidade e o fortalecimento do sistema econômico liberal, a ponto de muitas pesquisas apontarem o Estado como a única alternativa de garantir programas sociais em favor dos desfavorecidos.

O Estado tem assegurado a confiança dos investidores no mercado, através da instituição de leis e regulamentos contra a fraude, o roubo e a violência. Portanto, não existe um mercado completamente isento dos interesses políticos estatais. Sem a estabilidade das instituições sociais, o controle da violência e repressão das forças policiais, não haveria como o capitalismo se sustentar. A defesa de um mercado livre sem a interferência do Estado aparece como mais um mito produzido pelo liberalismo econômico (HARARI, 2020).

Hoje, muitas pessoas no Ocidente, pensam que o ser humano é um indivíduo que não depende de outros indivíduos para a sobrevivência. O Estado na Era Moderna possibilitou a constituição imaginária de que cada um de nós possui condições pessoais, independentemente da origem social, para a realização dos próprios desejos. Isto significa dizer que o sucesso e/ou fracasso conquistados, especialmente das pessoas desfavorecidas, são avaliados de acordo com as habilidades intrínsecas de cada uma delas. Portanto, a meritocracia se apresenta como outro mito predominante numa sociedade altamente competitiva e supostamente livre e igualitária como a nossa. Não obstante, nem sempre foi assim. As pessoas na Antiguidade e na Idade Média não acreditavam no individualismo. Isto não significa que as virtudes, as grandezas e as conquistas particulares eram desprezadas, mas que cada indivíduo era percebido numa relação com o todo. A sobrevivência da coletividade dependia da relação entre as diferentes partes. A importância de uma pessoa era definida pelo lugar que ocupava na hierarquia social e pelo que a comunidade pensava a respeito dela. O individualismo como se conhece só aparece na Era Moderna, em face de mudanças na estrutura das relações sociais promovidas pelo Estado e mercado.

A violência simbólica exercida pelos valores produzidos pelos grupos dominantes têm contribuído para o fortalecimento do mito de que os desejos não têm sido moldados pelos interesses do mercado consumidor, levando as pessoas a imaginar que eles seriam frutos tão-somente das paixões humanas. Sabe-se que os valores morais, as sensações, os sentimentos, as condutas, os desejos, os costumes culturais etc. são provenientes das relações intersubjetivas. Para se modificar as representações simbólicas dominantes em uma sociedade como a nossa seria preciso convencer milhões de pessoas a cooperarem entre si, de maneira que pudesse ocorrer uma alteração nos comportamentos individuais.

De acordo com Harari (2020), nenhuma ordem simbólica nascida da subjetividade se mantém por muito tempo sem a contribuição de todos. Portanto, o domínio do Estado e do mercado somente foi possível a partir do exercício da violência simbólica e divulgação entre os indivíduos de supostos direitos e deveres; além da implementação de um sistema de regras que garantia a própria sobrevivência humana. Assim como a ideia de que o Estado surgiu do livre consentimento de todos os indivíduos. O Estado se coloca como promotor dos interesses coletivos, através do exercício de um poder absoluto.

O Estado também tem ajudado na ampliação de um sistema de valores cujo objetivo principal tem sido o avanço de uma economia de mercado. A divulgação e modelação dos comportamentos individuais e coletivos têm provocado o crescimento dos desejos que se tornaram insaciáveis, resultando num consumismo excessivo como única maneira de se alcançar a felicidade. Do mesmo modo, os princípios da liberdade e igualdade têm sido utilizados pelos órgãos estatais, como uma garantia de que as mesmas leis são aplicadas aos ricos e pobres. Porém, a Lei representa a visão de mundo do grupo dominante. Tornou-se cada vez mais difícil mudar o futuro das pessoas desconsiderando sua origem social.

Sabe-se que existem comprovações empíricas de que a maioria dos indivíduos ricos permanecerão ricos durante toda a sua existência, pelo simples fato de eles terem nascido em famílias ricas; enquanto os indivíduos de famílias pobres continuarão na pobreza, em face de suas condições existenciais imutáveis. Contudo, o mito da meritocracia tem alimentado uma concepção de mundo que enxerga as capacidades subjetivas como as principais responsáveis pela ascensão social. Como também, tem fortalecido o julgamento de que as oportunidades são dadas a todos indistintamente, mas são poucos aqueles que possuem aptidões individuais para agarrá-las. Porém, nem todos os indivíduos têm

oportunidades iguais de aperfeiçoamento de suas habilidades particulares, especialmente, numa sociedade desigual, segregacionista e racista como a nossa.

Para Harari (2020), ainda que os mitos da liberdade e da igualdade tenham surgido na sociedade moderna como um direito natural de todos; entretanto, as sociedades de mercado são baseadas numa hierarquia sociorracial que domina o consciente coletivo. Tanto que na Era Moderna, o processo de escravidão dos negros importados da África para as Américas, que serviram de mão de obra nos engenhos de açúcar, fazendas de algodão e café americanas esteve associado a uma série de circunstâncias, entre as quais da inferioridade sociorracial dos pretos.

De fato, a proximidade geográfica entre a África e a América contribuiu para a redução dos custos de importação de pretos escravizados. A existência de um comércio de escravos desenvolvido no interior do continente africano também facilitou a importação de mão de obra escrava. Além disso, os africanos eram imunes às doenças de países de climas quentes; enquanto os europeus eram totalmente vulneráveis. De maneira que para Harari, a “suposta superioridade racial” evolutiva dos africanos em relação aos europeus, em termos de imunidade às doenças tropicais se converteu numa inferioridade social. Contudo, não apenas os fatores geoeconômicos e sociais foram utilizados como fundamentos para o reaparecimento da escravidão na Era Moderna. Os mitos relacionados à religião e a ciência também foram usados para a justificação da separação de classes sociais.

Segundo Harari (2020), teólogos ligados à Igreja Católica alegavam que os africanos descendem de Caim, filho de Noé que foi amaldiçoado pelo próprio pai, dizendo que os filhos dele seriam escravos; biólogos e cientistas sociais também haviam declarado que os pretos eram menos inteligentes do que os brancos e que eles possuíam um senso moral menos desenvolvido. Enquanto médicos afirmavam na época que os pretos eram focos de contaminação, em razão de viverem na sujeira. Esses mitos se expandiram culturalmente na sociedade Ocidental, especialmente no continente americano, influenciando na divisão social e na permanência da escravidão; até mesmo depois que as condições geoeconômicas e sociais iniciais haviam desaparecidas.

O término da escravidão no Brasil não provocou alterações significativas na vida dos pretos libertos. Eles se tornaram iguais aos brancos, apenas do ponto de vista da Lei. Os ex-escravos de acordo com Florestan Fernandes (apud Souza) foram entregues à própria sorte. Eles não tiveram direito à terra ou qualquer outro tipo de direito como garantia pelos

anos de trabalhos forçados nas fazendas e engenhos brasileiros. A abolição dos escravos não promoveu mudanças nas relações sociais do passado colonial, uma vez que os pretos continuaram segregados socialmente, analfabetos e com dificuldades de adaptação ao mercado de trabalho competitivo. Os pretos livres que continuaram nas fazendas de café passaram a vender sua força de trabalho em troca da subsistência. Enquanto aqueles que migraram para os centros urbanos foram morar nas ruas centrais e cortiços miseráveis, vivendo do subemprego, da economia informal e do artesanato.

Comenta Jessé Souza que Florestan Fernandes no seu livro: "A integração do negro na sociedade de classes", observa que as dificuldades de negros e mulatos de adaptação ao mercado de trabalho competitivo colaboraram para a continuidade de suas marginalizações sociais. Essas dificuldades notadas por Florestan Fernandes decorreriam de condições psicossociais da personalidade: "a) a inadaptação do negro para o trabalho livre; b) a sua incapacidade de agir segundo os modelos de comportamento e personalidade da sociedade competitiva" (2012, p. 156). Estas duas situações podem ser resumidas numa única: o lugar da instituição familiar, uma vez que para Florestan Fernandes (apud Souza), a família preta não se constituiu numa unidade básica capaz de modelar a personalidade psíquica do filho e exercer controle sobre seu comportamento.

Desse modo, após o fim da escravidão, os mitos racistas continuaram justificando a desigualdades raciais entre os grupos sociais. A repartição de pretos provocada pela venda separada de pessoas da mesma família, a ausência de escolaridade dos pretos libertos, o enfraquecimento dos laços afetivos e socioculturais, a desqualificação profissional, entre outros fatores contribuíram para que as famílias pretas se tornassem muito mais pobres do que a maioria das famílias brancas. O estigma de que as pessoas pobres, especialmente as pretas e pardas são mais perigosas, violentas, despreparadas intelectualmente para o mercado de trabalho, devido, sobretudo, à baixa escolaridade, ao uso generalizado de bebidas alcoólicas, ao uso de armas brancas e de fogo na resolução de suas desavenças, indisciplinados, entre outros aspectos contribuíram para o fortalecimento de preconceitos raciais e sociais. Para alguns estudiosos de Florestan Fernandes, a reflexão acerca da herança escravocrata se torna indispensável no estudo da sociedade de classes no Brasil, bem como seria um dos elementos que identificaria o modelo de desenvolvimento dependente vinculado às relações tradicionais.

Daí que os melhores empregos no mercado de trabalho na atualidade são, na grande maioria das vezes, destinados às pessoas da cor branca, que são consideradas as mais qualificadas profissionalmente, devido à origem social. Enquanto os indivíduos da cor branca e pobres ainda conseguem alguma atividade remunerada, mesmo que detenham pouca qualificação profissional. Por sua vez, as pessoas pretas, pardas e pobres continuam sendo classificadas na sociedade como raças inferiores, ainda que a ausência de oportunidades reais, decorrentes da baixa qualificação educacional e profissional, tenham ao longo do tempo as afastadas do mercado de trabalho altamente competitivo.

3 A Vida nas Pequenas Comunidades

Por caminhos diversos, o filósofo alemão Walter Benjamin, também discute as patologias do Mundo Moderno, sobretudo o impacto dos modernos meios de comunicação e sociabilidade anômala que eles trazem consigo nas comunidades tradicionais. A base da filosofia benjaminiana que trata das "experiências perdidas", se alimenta muito da sua herança judaica e da constatação de que o cristianismo não cumpriu suas promessas de redenção social e humana. É onde entra em cena a recuperação do legado do sociólogo francês Maurice Halbwachs, que associa o tema da memória coletiva à existência das antigas comunidades tradicionais.

A obra de Walter Benjamin é resultado de uma improvável síntese entre judaísmo, marxismo e psicanálise. Daí o paradoxo entre um certo otimismo tecnológico (influência marxizante) e a lembrança nostálgica de um tempo de vida comunitário, pré-moderno, onde a identidade, onde o indivíduo estaria associado ao pertencimento a uma coletividade, em que a palavra não se separava da ação. O que permitiria o compartilhamento de histórias de vida por meio da faculdade de narrar. Se em outros textos, o autor exalta as virtualidades da técnica moderna, como no cinema e na arte de vanguarda, em outros, lamenta a perda da experiência e a dissolução da sociabilidade comunitária, sob o impacto do choque da vida moderna.

No ensaio "O narrador", Walter Benjamin se apresenta como um nostálgico da experiência perdida e exalta a vida comunitária e o seu poder de compartilhamento da experiência. Também nos ensaios sobre Baudelaire e nas teses "Sobre o conceito de História". Já no ensaio sobre "O surrealismo", sobre o cinema (A obra de arte na era de sua

reprodutibilidade técnica) e em "Experiência e pobreza", como também sobre as variações em torno de Brecht, avulta a influência marxista e do materialismo histórico.

O interesse de usar o ensaio benjaminiano "O narrador", trata-se de recuperar o valor da vida nas comunidades que se baseava na unidade da ação e da palavra, vis a vis ao processo alienante e desumanizante da Modernidade (ROUANET, 1981). Neste ensaio, Benjamin discorre sobre a perda da experiência coletiva no mundo capitalista moderno. O fim da arte de contar que havia entre os mais velhos e os jovens nas comunidades tradicionais, a qual se baseava numa narrativa passada de geração em geração, e que resultava numa experiência que era compartilhada por todos os membros da comunidade se tornou difícil no mundo atual. Isto porque, as formas de existência na sociedade contemporânea se transformaram numa experiência privativa e imediata, característica do indivíduo solitário das grandes metrópoles.

Portanto, diferentemente da organização social que havia nas comunidades tradicionais, centrada no artesanato, na troca de conhecimento, no fazer juntos, sobre os quais o trabalho empreendido era executado coletivamente, a partir da narrativa de um mestre experiente ao aprendiz. Essa comunicação direta entre os membros da mesma coletividade contribuía para o desenvolvimento e fortalecimento de um conhecimento comum entre o narrador e o ouvinte. De maneira que o compartilhamento de um estilo de vida fortalecia os laços de solidariedade e companheirismo entre os diversos grupos humanos.

No Mundo Moderno, as experiências vividas são privativas de indivíduos solitários, que se encontram sozinhos nos grandes centros urbanos e que não conseguem se identificar com as experiências vivenciadas por outros indivíduos. O trabalho mecanizado e industrial que tomou conta da vida moderna contribuiu para o distanciamento entre as pessoas que se tornaram estranhas e competitivas, a ponto de inexistir quaisquer vínculos de solidariedade. O trabalho artesanal com seu ritmo lento e orgânico, em oposição à rapidez do trabalho industrial e fragmentado possibilitava a troca de experiências comuns que havia nas comunidades tradicionais.

De acordo com Walter Benjamin, a pessoa que conta uma história ou experiência transmite um saber de conformidade com sua sabedoria prática. Este saber prático pode se tornar uma advertência, um conselho que no modo de vida hoje, cada um em seu mundo particular, não consegue ser transmitido, nem mesmo aceito. Diz Benjamin: "o conselho

não consiste em intervir do exterior na vida de outrem, como interpretamos muitas vezes, mas em “fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada” (1994, p. 11).

Isso significa que a história ou relato transmitido pelo narrador ao ouvinte necessita que seja comum a ambos. Trata-se de uma experiência que se insere dentro de uma memória comum e que seria vivenciada por todas as pessoas que compartilham das mesmas tradições. Uma experiência coletiva que estaria vinculada a um tempo partilhado, a uma linguagem e práticas comuns vinculadas a um trabalho coletivo. O que não ocorre na sociedade moderna e contemporânea que transformou a experiência dos antigos numa nostalgia romântica, ligada a um passado distante que não se comunica com o presente. A degradação da arte de contar estaria relacionada, de conformidade com a visão benjaminiana, ao ritmo acelerado das condições de vida na contemporaneidade, que impedem as pessoas de assimilarem outros modelos de vida e de compartilharem as suas experiências.

A figura do narrador estaria vinculada, na perspectiva de Walter Benjamin, a um mestre sedentário que apesar de nunca ter saído de seu país, conhecia suas histórias e tradições. A outra figura seria do viajante, que após uma longa estada em terras distantes, trazia de longe as experiências adquiridas. Essas duas figuras que caracterizavam os narradores natos vinculados as comunidades tradicionais se extinguíram na modernidade, devido à incapacidade das pessoas de transmitirem uma experiência que seja útil a alguém. Por sua vez, as pessoas hoje em dia, já não são tão receptivas a um conselho ou mesmo a verbalizar sua situação. Para o nosso autor “a arte de narrar está definindo porque a sabedoria – o lado épico da verdade – está em extinção” (BENJAMIN, 1994, p. 200-201).

O indivíduo isolado no seu ambiente de trabalho ou apartamento não tem com quem se comunicar ou trocar experiências. A rapidez das experiências vivenciadas diariamente na cotidianidade impede que as pessoas consigam falar exemplarmente sobre as suas experiências, ou mesmo recebem conselhos nem sabem oferecê-los.²

Segundo Benjamin (1994), a narrativa pouco se interessa pelas explicações. Ela seria uma forma artesanal de comunicação em que o narrador, ao mesmo tempo em que conta o

² Diz Walter Benjamin: “Cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação” (1994, p. 203).

que viveu, também consegue despertar no ouvinte a capacidade de tecer outras histórias enquanto ouve a história. Com efeito, a vida moderna tomou um sentido em torno do qual se concentram tão-somente a satisfação dos interesses pessoais e obtenção de vantagens individuais. Isso significa dizer que para muitas pessoas, a vida cotidiana não tem nenhum sentido se as aspirações consumistas que são incalculáveis não forem atingidas. A história desejada necessita de um começo, meio e final feliz.

4 A Vida na Era Moderna

Sabe-se que antes da Revolução Industrial, a vida dos seres humanos seguia um curso simples no interior das pequenas comunidades tradicionais, em que quase todos os membros eram parentes. A comunidade tinha como fundamento uma cultura tradicional comum, passada de geração em geração, na qual todos os indivíduos possuíam laços de cooperação e compartilhavam sentimentos de ajuda mútua, já que sem a comunidade a pessoa não existia. As estruturas sociais das comunidades tradicionais, antes do surgimento do Estado, estavam alicerçadas sobre a família nuclear, a família estendida e a comunidade local. O desenvolvimento das cidades enfraqueceu os laços comunais, resultando na desvinculação dos afetos e sentimentos de pertencimento que existiam entre os indivíduos e as comunidades.

Hoje, os seres humanos são pessoas autônomas, autossuficientes e independentes. Ainda que os núcleos familiares persistam na contemporaneidade, vários indivíduos vivem sós como cidadãos do mundo. Além disso, muitas famílias nucleares sofreram processos de desintegração, em razão de diversos fatores, decorrentes de problemas sociais, financeiros, psicológicos etc. De forma que, se os seres humanos antes do nascimento do Estado careciam da comunidade para sobreviverem, se alimentarem, trabalharem, se sentirem protegidos, diante de um mundo hostil e perigoso. Atualmente, muitos indivíduos vivem sob a proteção do Estado e do mercado, que lhes oferecem: trabalho, seguro-saúde, moradia, educação etc. (HARARI, 2020). Pode-se afirmar que o modelo de vida longe das comunidades melhorou?

Durante muito tempo, a maioria das necessidades humanas foi atendida pelas famílias e pelas comunidades tradicionais. A vida nas comunidades abrangia também o compartilhamento dos bens materiais e emocionais necessários à sobrevivência, bem como

na proteção coletiva contra os inimigos externos. Quando uma pessoa perdia a própria família por morte, teria que ser adotada por outra família ou comunidade, que a protegia e garantia sua sobrevivência. Viver em comunidade consistia no respeito e submissão à autoridade tradicional, representada pelo pater familias. Se uma pessoa fosse expulsa da família ou da comunidade estava morta, já que ela só existia enquanto membro de uma comunidade. Isto não significa que as virtudes e glórias individuais não fossem valorizadas pelos demais membros da coletividade.

O Estado e o mercado foram os responsáveis pelo esfacelamento dos vínculos tradicionais comunitários, relativos às famílias nucleares e as comunidades. A liberdade individual conquistada pelos seres humanos foi custeada pela centralização do poder no Estado e no mercado, que exercem forte influência sobre a vida das pessoas. O mercado tem moldado cada vez mais os comportamentos individuais e coletivos, através de um processo crescente de alienação do verdadeiro sentido da vida – a busca pela felicidade.

Sabe-se que com a passagem da Idade Média para a Idade Moderna houve uma verdadeira efervescência cultural, provocando mudanças no pensamento filosófico, político-econômico, religioso, artístico e científico. Esse momento da história da humanidade é chamado de Renascimento, período onde ocorreu os grandes embates de ideias, conceitos, interesses etc., sobretudo ligados à natureza humana, a relação do ser humano com a divindade, aos assuntos relacionados aos meios científicos, econômicos e políticos, como temáticas substanciais de transformação individual e coletiva. As mudanças já vinham ocorrendo “progressivamente” em diversas cidades da Europa Ocidental, influenciando na concepção de vida social, de maneira que não se pode admitir que os acontecimentos que marcaram o Renascimento surgiram da noite para o dia.

O centro do movimento renascentista ocorreu nas grandes cidades italianas, sobretudo, devido da permanência de um comércio consolidado e efervescente, que existia apesar do Mundo Medieval europeu (que se apresentava para alguns como obscuro e fechado), continuou crescendo e se expandido a partir das rotas comerciais entre o Ocidente e Oriente, seja por terras ou mares. Vale ressaltar que a ideia de que o período medieval tenha representado um retrocesso para a humanidade (idade das trevas), tem sofrido revisão constante dos historiadores, em razão desse período ter características culturais, filosóficas, econômicas e religiosas próprias, que marcaram uma época da história humana, bem diferentes das experiências vivenciadas com o Renascimento.

De sorte que, a partir do Renascimento, um conjunto de valores característicos do medievo passaram a ser percebidos e experimentados de forma diferente; ou seja, uma série de condutas e preceitos foram repensados e valorados, de maneira a parecer ter ocorrido uma ruptura radical com as crenças e convicções do Mundo Medieval. Trata-se, na verdade, de uma modelação e/ou substituição da percepção individual e coletiva, a respeito de certas práticas e virtudes sociais, não necessariamente na criação de novos conceitos e comportamentos.

É dentro desse contexto, que se insere o ensaio de Alberto Hirschman, "As paixões e os interesses: argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo", onde o autor discute a partir do sistema de pensamento com o Renascimento, o "aparecimento" na história do chamado "espírito do capitalismo", ou seja, quando as atividades comerciais, bancárias e empreendedoras que resultaram no acúmulo de dinheiro, bens materiais e desejo de poder se tornaram atividades dignas, em oposição ao pensamento dominante no medievo, defendido pelos principais teólogos da Igreja Católica, de condenação e desprezo pela ambição, amor do lucro e avareza.

Portanto, ainda que o interesse pela acumulação de riquezas decorrente das práticas comerciais tenha predominado os Séculos XIV e XV; esta seria apenas uma outra possibilidade para o alegado "Espírito do Capitalismo", presente na obra de Max Weber (A ética protestante e o espírito do capitalismo). Na perspectiva de Hirschman (1979), houve durante a própria Idade Média e na passagem para a Idade Moderna, um processo histórico de ressignificação dos valores morais, ideais e sentimentos atribuídos à busca da honra e da glória do medievo. Estas características evidenciadas na Idade Média (ideal cavaleiresco e aristocrático), sobre as quais eram avaliadas as virtudes, as grandezas e as conquistas humanas não visavam tão-somente o enriquecimento pessoal, mas podiam resultar num "valor social compensatório" para a sociedade. O mesmo se pode observar, conforme ainda este autor, na ideia de "mão invisível", presente na obra de Adam Smith (A Riqueza das Nações), como sendo uma força capaz de realização das paixões individuais, cuja finalidade acaba por promover o bem geral.

De todo modo, para Hirschman (1979), ainda que as razões históricas e psicológicas não sejam muito claras, com o Renascimento houve mudanças profundas nos valores tradicionais que impulsionaram as atividades comerciais e industriais. A partir da Era Moderna sentiu-se a necessidade de conhecer o "homem como ele realmente é". Para

tanto, as obras de Maquiavel e Hobbes se mostram como uma das principais fontes inspiradoras, a partir das quais são analisadas a natureza humana e o papel do Estado. De fato, há outros autores que são evidenciados por este autor, a exemplo de Santo Agostinho, Spinoza, Giambattista Vico, Rousseau, Hume, Montesquieu, John Millar, Adam Smith, entre outros. Porém, creio que o centro da discussão estaria na forma como as paixões humanas (satisfação dos desejos), especialmente as paixões de difícil controle podiam ser desviadas e incentivadas por outras paixões mais propensas a tornar a vida em sociedade estável.

A teoria do Estado de Maquiavel requer o conhecimento da natureza humana (O Príncipe); o mesmo tem-se na obra de Hobbes (O Leviatã); ambas têm como finalidade aprimorar a capacidade do governante de administrar o Estado, bem como de promover a estabilidade econômica e garantir a segurança dos súditos; estas duas últimas para Hobbes através do pacto social, em face da “guerra de todos contra todos”, dando origem a concessão da soberania ao poder absoluto – o Estado. Contudo, as tentativas de controle das ações humanas agressivas e egoístas, por meio da repressão–punição estatal não se mostraram eficazes. Segundo o autor, buscou-se outros caminhos; a partir da mobilização pelo Estado e sociedade das paixões destrutivas, seria possível a substituição delas por paixões mais benévolas e condizentes com o interesse geral, na satisfação dos desejos particulares, de maneira que as instituições sociais pudessem ser preservadas.

No período que marca toda a Idade Média até a Era Moderna, houve paulatinamente, a substituição de termos aviltantes como “vícios” e “paixões” por expressões como “vantagem” ou “interesse”, mais maleáveis para o desenvolvimento do capitalismo. Deste modo, quando o vocábulo interesses foi confrontado com as paixões humanas, em face de sua evolução semântica por volta do Século XVII, as paixões mais ordeiras e desejáveis como a ganância, avareza ou amor do lucro foram utilizadas de maneira a frear as paixões indesejadas, tais como a ambição, a volúpia de poder ou volúpia sexual. De acordo com o autor, mesmo durante o Século XVI, o termo “interesse” não se limitou na Europa Ocidental aos bens materiais relativos ao bem-estar das pessoas, mas envolvia aspectos mais abrangentes das aspirações humanas; se evidenciando pelo uso de reflexões e cálculos racionais de como seriam atingidos. E no final do Século XVII, a palavra “interesse” que tinha na sua origem (o príncipe ou o Estado), já era aplicada às condutas humanas em termos de aspirações econômicas.

Conforme Hirschman (1979), durante o Século XVIII quando as paixões se mostraram como uma forma de promoção de um mundo melhor, os valores decorrentes de uma conduta humana baseada no interesse individual se tornaram mais aceitáveis, em razão deles se conectarem com as atividades econômicas. O comportamento motivado pelo interesse vinculado à atividade de ganhar dinheiro era visto como desejável, ao contrário do que ocorria com comportamento orientado pelas paixões. Diz o autor: "As paixões eram perigosas e incontroláveis, enquanto se ocupar dos próprios interesses materiais era coisa inocente ou, como se poderia dizer hoje, inócua" (HIRSCHMAN, 1979, p. 49).

As posições críticas que se seguiram acerca das paixões e dos interesses na condução de um mundo melhor acabaram por ocasionar uma inclinação para a aquisição de riquezas, de forma mais moderada (uma paixão calma, mas também forte e capaz de triunfar sobre as turbulentas). O capitalismo se apresentou nesse momento da história, como uma saída para a sobrevivência humana, já que ele seria capaz de ativar algumas inclinações benignas à custa de outras malignas; ele se mostrava com aptidão para reprimir ou mesmo atrofiar os componentes destrutivos e desastrosos presentes na natureza humana. Assim, o controle e domesticação das paixões e fraquezas humanas que levariam a própria destruição dos indivíduos e da sociedade, se constituíram as bases ideológicas do liberalismo do Século XIX, de maneira que os vícios e as paixões puderam ser ressignificados nas práticas comerciais e industriais em ascensão; não apenas como meio de promoção da felicidade individual, mas especialmente como garantia da estabilidade social.

De fato, o Estado e o mercado têm atendido grande parte das necessidades materiais dos indivíduos, substituindo uma função tradicional que era executada pelas comunidades. Porém, tanto o Estado quanto o mercado reconhecem a importância das comunidades na vida emocional dos indivíduos, de maneira que promovam o desenvolvimento de comunidades virtuais (redes sociais) que permitem a milhões de pessoas que não se conhecem se comunicarem, compartilharem informações e desejos insaciáveis que foram adaptados para fortalecer o modo de vida consumista. De acordo com Harari: "O consumismo e o nacionalismo fazem um esforço extra para nos levar a imaginar que milhões de estranhos pertencem à mesma comunidade que nós, que todos temos um passado em comum, interesses em comum e um futuro em comum" (2020, p. 373-374).

A Revolução Agrícola segundo Harari (2020), contribuiu para o aumento da capacidade coletiva dos seres humanos de modular o próprio ambiente natural. Enquanto a Revolução Industrial transformou totalmente o estilo de vida nas grandes cidades. Porém, muitos indivíduos tiveram seu destino duramente atingido. Pode-se perguntar que benefícios vieram à tona com o capitalismo? Não há dúvidas de que houve mudanças intensas na sociedade moderna. Os historiadores têm identificado alterações profundas na política, economia, alimentação, sexualidade, vestuário etc. Porém, até que ponto todo esse progresso influenciou na felicidade das pessoas? De sorte que, para o nosso autor, apesar do desenvolvimento das aptidões individuais, das mudanças de comportamentos e habilidades humanos terem se fortalecido e provocado fortes alterações na vida moderna, isso não significa dizer que esses fatores contribuem necessariamente para uma vida melhor.

O domínio crescente dos seres humanos sobre a natureza e sobre a própria vida decorrente das Revoluções tecnológica e científica resultou na criação de um mundo mecanicista/instrumental e automatizado. Portanto, totalmente distante das necessidades reais dos indivíduos. Essas revoluções transformaram não apenas o corpo humano, mas também os seus instintos foram afetados, comprometendo a própria natureza sensitiva (odor, sabor, desejo, medo etc.) que existia nos indivíduos que viviam nas comunidades tradicionais. A vida comunal consistia no atendimento das necessidades do presente sem pensar muito no futuro. Todos dependiam uns dos outros para assegurar a própria sobrevivência. Hoje, os seres humanos além das diversas opções de vida que possuem, perderam a capacidade de identificar o que é importante.

Sabe-se que o triunfo da medicina no prolongamento da vida humana, por exemplo, seria apenas uma das muitas conquistas da sociedade na Era Moderna. Daí que para Harari, apesar das últimas décadas ter contribuído para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, segundo ele: “é cedo demais para saber se isso representa uma mudança fundamental nas correntes da história ou uma onda efêmera de boa sorte. Ao julgar a modernidade, é demasiado tentador adotar o ponto de vista de um cidadão de classe média do Ocidente do século XXI” (2020, p. 389).

De sorte que, ainda que o desenvolvimento econômico e científico das últimas décadas tenha prolongado a vida humana sobre a Terra, há fortes indícios, na perspectiva deste autor, de ter comprometido o equilíbrio ecológico do Planeta, com consequências

ainda não muito claras. Há graves indicações de que o consumismo exacerbado tem ameaçado a sobrevivência do Planeta Terra e dos próprios seres humanos, especialmente, daquelas pessoas que vivem em condições precárias e insalubres. Portanto, as alterações no modo de vida dos indivíduos a partir da Era Moderna, decorrentes do progresso crescente da ciência e da economia capitalista laçam dúvidas que impactaram na felicidade humana.

Segundo Harari (2020), parece que as famílias e as comunidades possuem maior impacto na felicidade do indivíduo do que o dinheiro e a saúde. Para ele, as pessoas que vivem em famílias coesas ou em comunidades unidas demonstram ser mais felizes do que aquelas provenientes de famílias desagregadas ou mesmo que nunca fizeram parte de uma comunidade. Até mesmo os bons casamentos, consistiria numa forma de elevação do bem-estar individual, enquanto os maus casamentos seriam uma fonte de sofrimento. Daí que a melhoria das condições materiais obtidas nos últimos dois séculos teria sido compensada pelo esfacelamento das famílias e da comunidade. A reputação que o Estado e o mercado assumiram no mundo desenvolvido limita a dependência entre os sujeitos, em relação ao atendimento das necessidades pessoais: alimentares, moradia, saúde, segurança etc. tornando possível a sobrevivência sem a presença de uma família ou de amigos verdadeiros e reais.

Hoje, as pessoas que moram nas grandes metrópoles, em seus apartamentos ou condomínios residenciais, ou mesmo aquelas que estão cercadas de milhares de pessoas por todos os lados, possivelmente nunca visitaram o vizinho do lado; talvez nem o conheça ou saiba muito pouco sobre ele. Até mesmo no trabalho, quase nada se sabe a respeito da vida particular ou familiar dos próprios colegas de trabalho. Muitos deles são apenas companheiros de bar. A vida nas aldeias e comunidades pré-modernas era diferente, os amigos dependiam uns dos outros para sua própria sobrevivência. Não há dúvida que o Estado e mercado trouxe muitos benefícios e vantagens para muitos indivíduos, especialmente de países desenvolvidos. Porém, o mesmo não se pode afirmar sobre a vida da maioria das pessoas habitantes dos países subdesenvolvidos ou de Terceiro Mundo, em face das precárias condições de subsistência decorrentes da forte concentração de renda e da desigualdade social (HARARI, 2020).

5 O Cuidado de si: relação entre a subjetividade e a cidade

O sujeito consciente e dono de seu próprio destino nasceu na Era Moderna. Nela são identificadas as condições essenciais para a constituição do indivíduo e da verdade. A partir do chamado "momento cartesiano" são estabelecidas segundo Foucault as condições de acesso à verdade, por meio do conhecimento que se encontram no próprio indivíduo, como sujeito aparentemente capaz, não somente de conhecer a própria natureza humana, mas também de dominar o Mundo. Mas, a Idade Moderna também apresenta o seu reverso, quando transforma o indivíduo num sujeito assujeitado pelos dispositivos de saber-poder. Assim, as técnicas de dominação no Ocidente seriam capazes de controlar, subordinar e alienar o sujeito.³

Interessando pelos processos de subjetivação no Ocidente, Michel Foucault, no livro "A hermenêutica do sujeito", se volta para a análise de outro modelo de acesso à verdade pelo sujeito. O cuidado de si, formulada no Século V a.C e nos Séculos I e II da nossa era, são objetos de estudo desse autor, cuja elaboração filosófica tem como fim uma reflexão acerca das práticas subjetivas, administradas tanto na Antiguidade Clássica que percorre toda a filosofia grega, como também no período helenístico e romano.

No momento socrático-platônico, de acordo com Foucault, o cuidado de si estaria vinculado ao exercício do poder. Uma vontade do indivíduo de exercer o poder político sobre os outros indivíduos implicaria na necessidade de governar a cidade. Para tanto, era preciso uma educação privilegiada, uma preparação, um tempo disponível para o conhecimento sobre si mesmo. Isto é, uma atitude ou comportamento da elite que tinha a capacidade, tempo e cultura para governar a cidade.

Diferentemente do que ocorria na Antiguidade Clássica, o conhecimento de si e a prática de si, no período helenístico e romano têm como finalidade preparar o indivíduo para os acontecimentos imprevistos, de maneira a torná-lo mais forte diante dos infortúnios da vida. Daí que a ascese da prática de si se constitui numa técnica de vida (uma arte de viver), em que o indivíduo não se deixa dominar pelos descaminhos da vida, mas de encontrar a si mesmo como objetivo de uma vida. Tal subjetivação é alcançada pelo

³ Diz Foucault (2006, p.54-55): "Fala-se frequentemente que o Estado e a sociedade moderna ignoram o indivíduo. Quando observamos um pouco mais atentamente, ficamos surpreso, pelo contrário, com atenção que o Estado dispensa aos indivíduos; surpreendemo-nos diante de todas as técnicas criadas e desenvolvidas para que o indivíduo não escape de forma alguma ao poder, à vigilância, ao controle, ao sábio, à reeducação nem à correção. Todas as grandes máquinas disciplinares: casernas, escolas, oficinas, prisões são máquinas que permitem apreender o indivíduo, saber o que ele é, o que ele faz, o que se pode fazer dele, ou onde é preciso colocá-lo, como situá-lo entre os outros".

exercício da escuta, leitura e fala. Para Foucault, "...escutar é com efeito o primeiro passo, o primeiro procedimento na ascese e na subjetivação do discurso verdadeiro, uma vez que escutar, em uma cultura que sabemos bem ter sido fundamentalmente oral, é o que permitirá recolher o lógos, recolher o que se diz de verdadeiro" (2018, p. 297).

A ascese tem na perspectiva de Michel Foucault a função de ligar o sujeito e a verdade. Isto significa dizer que, o sujeito encontra a verdade através da formação de si mesmo e numa relação com o outro. Nada estaria fora de uma verdade constituída nessa relação com o outro, através do conhecimento de si, do cuidado de si, como uma atividade que persegue toda uma existência. Ao mesmo tempo, essa ocupação consigo mesmo, de acordo com o nosso autor, não significaria esquecer os problemas da cidade; ou seja, do exercício de uma cidadania. Mas de uma preparação do sujeito que consegue administrar as incertezas da vida.

Portanto, não há abandono do político por uma ética individualista, como aquela que ocorre numa sociedade de mercado, mas o aprimoramento do sujeito, de maneira que o interesse maior são os processos constantes de subjetivação, considerados pelo próprio indivíduo numa relação com o outro e com o meio ambiente. Assim, Foucault se mostra interessado por uma genealogia do sujeito, a partir da qual o ser humano é analisado como um sujeito livre e autoconstituído; isto é, distante dos mecanismos de poder-saber presentes nas sociedades modernas.⁴

Vê-se que para Michel Foucault, o sujeito não estaria vinculado a uma verdade transcendental ou mesmo a um destino fatídico. Mas naquilo que ele constrói a partir de suas próprias experiências e na sua relação com a coletividade. Contudo, o foco principal de uma conduta ética estaria nas práticas de si despertar um sujeito que não se abala com as intempéries mundanas, uma vez que a ética proposta pelo nosso autor, caminha no sentido do desenvolvimento pessoal através de uma estética da existência (modo de viver, estilo de vida). Para tanto, o pensamento antigo aqui evidenciado, se inscreve na ordem da própria vida, sem sustentação naquilo que pode ser chamado de valores transcendentais ou mesmo condicionados externamente pelos valores sociais. Segundo ele, "A moral dos gregos está

⁴ Veja o que ele diz: "Penso que há aí a possibilidade de elaborar uma história daquilo que fizemos e que seja ao mesmo tempo uma análise daquilo que somos; uma análise teórica que tenha um sentido político – quero dizer, uma análise que tenha um sentido para o que queremos aceitar, recusar, mudar de nós mesmos em nossa atualidade. Trata-se, em suma, de partir em busca de uma outra filosofia crítica: uma filosofia que não determina as condições e os limites de um conhecimento do objeto, mas as condições e as possibilidades indefinidas de transformação do sujeito" (FOUCAULT, 2018, p. 475).

centrada em um problema de escolha pessoal e de uma estética da existência” (2018, p. 479). E continua afirmando que “também a ideia de que a moral pode ser uma estrutura muito forte de existência sem estar ligada a um sistema autoritário, nem jurídico em si, nem a uma estrutura de disciplina” (FOUCAULT, 2018, p. 480).

O governo de si proposto pelo nosso autor não se realiza através de uma obrigação para com todos, mas num trabalho que tem como fonte principal o próprio sujeito. A verdade seria uma escolha pessoal de existência. Contudo, o cuidado de si não consiste num exercício solitário, pois tem no outro uma importância fundamental, já que o sujeito é visto como atravessado pelo outro: para quem se descreve como amigo, se compara, se mede, se recorre a uma situação difícil etc. Daí que o cuidado de si para Foucault não tem como finalidade separar o sujeito do mundo a sua volta, nem seria uma maneira dele se afastar de uma atividade pública. Longe de isolar o sujeito de uma comunidade, o cuidado de si tem como objetivo uma articulação com ela, de maneira que a relação privilegiada que se tem consigo mesmo permite ao sujeito descobrir como parte integrante de uma comunidade, através de laços estreitos de sangue, afetivos, sentimentais que se estendem a toda espécie humana. “O cuidado de si é, pois, um princípio regulador da atividade, de nossa relação com o mundo e com os outros” (FOUCAULT, 2018, p. 486).

De fato, no cuidado de si (conhecer a ti mesmo), acontece o fortalecimento de uma soberania individual que a princípio não estaria à mercê dos outros nem das catástrofes da vida. Porém, a relação que se mantém consigo mesmo (cuidado de si), não desvincula o sujeito das atividades coletivas, familiares ou de amizade, mas promove uma certa distância regulamentar que permite nada fazer além do que estiver contido naquela função. Daí que os cargos políticos são possíveis de exercê-los, desde que considerados provisórios e tratados como uma função definida, já que a soberania exercida sobre si mesmo consiste na única atividade que se deve preservar. Assim, o Estado moderno, que aparece como aquilo que enquadra as populações e identifica os indivíduos, a partir de uma estrutura que combina governamentalidade⁵ com as razões de Estado é confrontado pelo nosso autor,

⁵ A governamentalidade, de acordo com Michel Foucault, quer dizer três coisas: a) conjunto de instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer uma forma específica, bem complexa de poder que tem como alvo a população, como forma mais importante de saber, a economia política, e como instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança; b) um tipo de saber que se pode chamar de “governo” sobre os outros: soberania, disciplina. Isto levou a uma série de aparelhos específicos de governo e o desenvolvimento de uma série de saberes; c) o resultado do processo pelo qual o Estado de Justiça da Idade Média se tornou no Século XV e XVI Estado administrativo e se encontrou pouco a pouco “governamentalizado”. Veja A “Governamentalidade”. (FOUCALUT, 2006, p.281-305).

não através da promoção de uma libertação do sujeito das amarras do Estado e de suas instituições, mas por meio de novas formas de subjetividades.

Para Michel Foucault, o indivíduo e a comunidade ao mesmo tempo que se confrontam também se complementam. Ou seja, seus direitos e seus interesses se opõem, ao mesmo tempo que se completam. É o que ele denomina de cumplicidade dos contrários. Veja o que diz Frédéric Gros, que relata a situação do curso dado nos anos de 1981-1982, no Collège de France: "Foucault opõe, conjuntamente, às exigências comunitárias e aos direitos individuais o que ele chama 'modos de vida', 'escolhas de existência', 'estilos de vida', 'formas culturais'" (2018, p.492).

A proposta evidenciada por Michel Foucault aqui; isto é, o estudo da constituição histórica da subjetividade ou das práticas subjetivas, não implicaria de acordo com os seus intérpretes e estudiosos, na reivindicação de uma igualdade jurídica, nem de uma luta pelo reconhecimento social, já que ambas atividades teriam de ser lutadas com as armas e regras definidas pelas instituições dominantes na sociedade. Para o nosso autor, a verdadeira resistência estaria em outro lugar: com o surgimento de uma nova ascese, de uma nova ética, de um novo modo de vida. "Pois as práticas de si não são, segundo ele, nem individuais nem comunitárias: são relacionais e transversais" (FOUCAULT, 2018, p. 492).

Interlocutor indireto de Michel Foucault, através do Discurso Filosófico da Modernidade, o filósofo alemão Jürgen Habermas também tem como temática a volta da vida comunitária, no ensaio sobre a crise do socialismo publicado na década de 90 do século passado. Ao passar em revista as várias alternativas políticas dessa época e a crise do Estado de Bem-Estar Social na Europa, Habermas crítica a contaminação burocrática (e alienante) produzida pelo excesso de juridificação das relações sociais, apontando que a interferência do Estado na vida social – via políticas públicas terminava por minar as energias próprias das comunidades, impedindo que elas procurassem resolver suas contendas por meio da autocomposição, mediante arranjos endógenos de seus membros, sem a interferência estatal.

A obra deste grande herdeiro da teoria crítica é considerada como uma das últimas sínteses filosóficas do século XX, por juntar correntes muito diversas: o funcionalismo, o marxismo, a epistemologia genética e a linguística anglo-saxônica, além da psicanálise. Sua obra é tida como um verdadeiro discurso filosófico, porque discute e incorpora contribuições de outros autores. Na "Teoria da Ação comunicativa", ele redefine o conceito

de uma razão monológica e essencialista, numa razão processual, argumentativa, sujeita a provas e contraprovas, a depender da capacidade argumentativa dos interlocutores verazes e de boa fé. Mas há um déficit político nessa teoria, que privilegia o consenso, o mundo da vida e os atos de fala comunicativos. A política é pouco considerada. Foram seus discípulos americanos (A. Arato e J. Coehn) quem introduziram a política no sistema, com o conceito de Sociedade Civil, intitulado de dimensão institucional do mundo da vida. E o conceito de Democracia Deliberativa.

Essa inovação levou Habermas a se pronunciar sobre a crise do socialismo real, em 1989, a partir do conceito de Revolução Recuperadora, definida como revoluções contra o Estado, a favor da sociedade civil. É aí onde entra a valorização dos potenciais de iniciativa e autocomposição das comunidades, minados pelo Estado moderno, com o excesso de burocratização levado pelas prestações estatais na vida das comunidades, tornando-as meras clientes do Estado. Daí a defesa da autonomia da Sociedade Civil e a limitação da intervenção do Estado e a valorização dos arranjos e composições próprias.

A utopia neomoderna do filósofo alemão se aproxima também da chamada Sociedade Civil planetária e suas organizações não-governamentais. Ou seja, a ideia de reconstruir o conceito de comunidade num registro planetário, animada por “cidadãos vox”, capazes de vocalizar demandas sociais e encontrar arranjos originais para elas. A essa nova utopia, se agregam as ideias de mundo da vida (oposta a vida estatal é mercantilizada) e razão comunicativa (oposta à racionalidade instrumental).

6 Considerações finais

O Estado e suas instituições se tornaram incapazes de promover a plena liberdade e igualdade entre todos os indivíduos. Como um poder político constituído pelos seres humanos, o Estado tem assumido cada vez mais, compromissos que não contribuem nem fortalecem os direitos e garantias fundamentais. Por toda parte impera uma injustiça social, descaso dos governantes com a res publica, corrupção, entre outros. Creio que seria preciso refundar o Estado, de maneira que se pudesse obter medidas sociais amplas, especialmente para com os desfavorecidos. O Estado tornou-se um poder repressivo e fortalecedor do mercado. Parece que não há saída para aqueles que desejam outro modelo de Estado, que

promova a realização material e psíquica de todos os seres humanos. Impera um discurso que evidencia a defesa dos direitos humanos que não condiz com as práticas sociais. Pergunta-se: qual seria a saída na busca de uma sociedade mais justa e igualitária?

As respostas são múltiplas e variadas; muitas delas ou quase todas não conseguiram satisfazer igualitariamente todos os indivíduos. Contudo, não se pode concordar com a ausência de políticas públicas voltadas, principalmente, para as pessoas pobres e desfavorecidas, sem indicar alternativas que impliquem em ações políticas de cunho social.

Os autores aqui evidenciados chamam atenção para os dilemas individuais e coletivos vivenciados ao longo do tempo pela espécie humana, especialmente, a partir da Era Moderna. Cada um à sua maneira questiona as razões do Estado, assim como do mercado capitalista na vida dos indivíduos. A crítica que se sobressai encontra fortalecimento na falácia do papel desempenhado pelo Estado e pelo mercado, como propulsores dos interesses e garantias individuais e coletivas.

Noah Harari traça duras críticas ao processo crescente de industrialização e de consumo exacerbado incentivado pela economia de mercado, gerando à infelicidade humana e alterações do meio ambiente, que podem resultar na morte dos seres humanos e demais espécies que vivem no Planeta Terra. Ele questiona até que ponto as mudanças provocadas pela revolução agrícola e industrial contribuíram, necessariamente, para a melhoria da vida. E constata que a felicidade é algo ainda perseguido pela humanidade, uma vez que o crescente progresso econômico, assim como o desenvolvimento da ciência não tem contribuído muito na efetivação dessa tarefa pelos seres humanos.

Alberto Hirschman destaca a importância dos estudos das ideias filosóficas na passagem da Idade Média para a Era Moderna, no que diz respeito aos valores relativos à moral, a honra, a glória, não acúmulo de riquezas, como modelos de condutas aceitáveis e reconhecidas pela Igreja Católica durante a Idade Média. E como esses valores ou estilos de vida foram ressignificados com o Renascimento, sendo apropriados e incorporados a um “novo” padrão de comportamento, mais coerente com o comércio e industrial em expansão. Deste modo, as paixões e a própria natureza humana passaram a ser modeladas, disciplinadas e estudadas, a partir da utilização de conceitos racionais e mecânicos vinculados à ciência moderna e as atividades econômicas, se afastando da moral religiosa predominante no período anterior.

De forma que ocorreu uma espécie de “revolução” dos costumes, sobre os quais as paixões destrutivas e perversas foram combatidas e/ou substituídas por outras paixões mais benéficas ao sistema capitalista. Assim, o conceito de interesse ou vantagem, amplamente discutido conjuntamente com as paixões, passou a ser um substituto natural para as paixões individuais tidas como de difícil dominação, possibilitando que as paixões benignas atuassem contra as paixões malévolas em prol do interesse geral. O resultado, o “surgimento” de uma moral mais condizente com os valores do liberalismo econômico.

Walter Benjamin relata a importância do diálogo que havia nas comunidades tradicionais, como elemento indispensável na troca de experiência e conhecimento entre o narrador e o ouvinte. Algo que não existe na Era moderna e contemporânea, devido ao modo de vida predominante (solitário e parco de experiências comunicáveis). A transmissão do saber material e o fortalecimento dos laços emocionais eram imprescindíveis para a sobrevivência das comunidades tradicionais e das pessoas. O que já não existe nas sociedades atuais, onde os indivíduos se encontram sozinhos e incapazes de se solidarizarem com outros indivíduos e com o meio ambiente.

Michel Foucault procura através de elementos constitutivos do cuidado de si (uma prática si) construir uma outra subjetividade, que impeça o sujeito de se tornar assujeitado pelas malhas do poder. Para tanto, o conhecimento de si (conhece-te a ti mesmo) se revela uma meta a ser perseguida por toda a vida, cujo objetivo seria transformar o indivíduo dono do seu próprio destino e em paz com outros indivíduos e com a natureza. Portanto, ele remete a uma filosofia moral que requer do indivíduo uma atitude ética (ascese) que altere a relação que o sujeito tem consigo mesmo, com o outro e com o Planeta Terra.

Diante disso, se o Estado e suas instituições se tornaram incapazes de libertar os indivíduos e de promover uma vida com dignidade para todos, o estilo de vida das comunidades tradicionais se apresentaria como uma alternativa, na busca pelo fortalecimento e recuperação dos direitos materiais, mas principalmente de valorização dos laços afetivos entre as pessoas perdidos ao longo do tempo. Vale ressaltar que não se trata do retorno dos indivíduos à maneira de viver das comunidades antigas, especialmente, diante das alterações promovidas pelo desenvolvimento das cidades e do mercado mundial. No caso, seria a adoção de novos valores éticos nas práticas diárias, de maneira que as aflições e infortúnios sociais das pessoas, especialmente dos desfavorecidos se tornassem importantes e solucionáveis.

A ética da existência (novo modo de vida, novo estilo de vida) estaria ligada a uma experiência prática que requer mudanças no comportamento para consigo mesmo, em relação ao meio ambiente e em relação ao outro. Não tem como fundamento os valores universais, transcendentais ou mesmo religiosos. Ela evidencia uma *ascese* (uma atitude ética), que acompanha o indivíduo por toda a sua existência, significando que o cuidado de si segue uma regra aplicável a todos, sem a necessidade de nenhuma condição prévia ou status social.

Isso implica dizer que se o objetivo do cuidado de si seria o eu individual, mas a finalidade consiste também no cuidado com a cidade e com as pessoas. Portanto, o cuidado de si (prática de si), estaria na adoção de atitudes pessoais que repercutem no espaço social; como aquelas que aconteciam nas comunidades tradicionais, onde todos os indivíduos da coletividade eram considerados importantes e tratados igualmente por todos os outros membros. Logo, o cuidado de si se mostra como uma condição de se chegar à verdade. A ascensão da prática de si implica numa maneira de encontrar a si mesmo, cujo objetivo é obter uma técnica de vida (uma arte de viver).

Desse modo, na medida em que o indivíduo por meio de reflexões e exercícios de memorização encontra a verdade, ele também aprende a lidar com as adversidades do mundo da vida. Mas também passa a ter elementos para se inteirar das questões da cidade. O cuidado de si que implica no exercício da leitura, escrita e conversas são atividades que necessitam da presença do outro, como ouvinte, conselheiro, crítico etc. Alude a uma relação com o mundo e com os outros, apesar de ser definida como o exercício da soberania do eu.

A visão de Jürgen Habermas de "comunidade" se insere na sua veemente crítica ao socialismo real e ao Estado de Bem-Estar europeu (o Estado-providência). Isso levou seus críticos a o julgarem próximo ao neoliberalismo. Mas a crítica do filósofo parte de outros pressupostos distintos. Ele constata que a interferência do Estado na vida social nunca teria sido neutra, em razão do tipo de racionalidade (instrumental) que caracterizaria o Estado Moderno e o mercado. E propõe um outro tipo de política baseada na solidariedade, no mundo da vida (como uma estrutura articulada pelos atos de fala ilocucionários) e um novo tipo de racionalidade (comunicativa). Na verdade, pode-se dizer que seria o protagonismo da chamada Sociedade Civil, a ação civil pública – não estatal, moldada pela iniciativa

autônoma das comunidades na busca de arranjos e soluções para seus problemas. Iniciativas minadas pela interferência do Estado.

Em outros textos, Habermas fala de uma Sociedade Civil Mundial, animada pela solidariedade de ONG's, sem fronteiras nacionais. O que permitiria pensar em comunidades virtuais, através das redes sociais, com agendas humanitárias e universais. Essa ação pública civil voluntária ocorreria, por ocasião, de grandes catástrofes, guerras, perseguições políticas, étnicas e religiosas. Tudo isso levaria a uma nova cidadania em rede e a um Mundo sem fronteiras. Um novo conceito de Sociedade Civil, animada pela racionalidade comunicativa.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Coleção Obras Escolhidas. Volume 1, 7ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

FOUCAULT, Michel. A Filosofia Analítica da Política. 1978, p.37-55. In: **Estratégia, Poder-Saber**. Coleção Ditos e Escritos. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. A Governamentalidade. 1978, p.281-305. In: **Estratégia, Poder-Saber**. Coleção Ditos e Escritos. 28ª edição. Volume IV. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. 3ª edição, São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.

FOUCAULT, Michel. **As Malhas do Poder**. Conferência pronunciada na Faculdade de Filosofia da Bahia, em 1976. Edição de 1981.

HABERMAS, Jürgen. A Revolução Recuperadora. **Revista Novos Estudos**. CEBRASP, 1991.

HABERMAS, Jürgen. **A Teoria da Ação Comunicativa**. Madrid: Editora Taurus, 1980.

HABERMAS, Jürgen. **Discurso Filosófico da Modernidade**. Lisboa: Editora D. Quixote, 1985.

HABERMAS, Jürgen. **Os Argonautas da Cidadania**. RJ: Editora Paz e Terra, 1998.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens**: Uma breve história da humanidade. 51ª edição, Porto Alegre, RS: Editora L&PM, 2020.

HIRSCHMAN, Alberto. **As paixões e os interesses**: argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo. São Paulo: editora Paz e Terra, 1979.

ROUANET, Sérgio Paulo. **O Édipo e o Anjo**. Rio de Janeiro: editora Tempo brasileiro, 1981.

SOUZA, Jessé. **A Construção Social da Subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. 2ª edição, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

Detalhes do(s) autor(a/es)

Edlene Maria Neri de Moraes

Graduou-se em História na Universidade Federal de Pernambuco e Direito na Universidade Católica de Pernambuco. Fez Mestrado em História na UFPE. É doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito da Unicap. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2321510106110595>. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7176-5911>. E-mail: edlenemarianeri@gmail.com

Michel Zaidan Filho

Graduou-se em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco. Fez Mestrado e Doutorado em História Social na UNB, Unicamp e USP. É especialista em Teoria da História, Partidos Políticos e Movimentos sociais. Professor-Titular aposentado da UFPE. Atualmente, é Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4235585448589376>. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5267-0610> E-mail: michelfzaidan@gmail.com